

Monumento às Bandeiras: agências e (des)construções sobre a memória colonial

Maria Cristina Simões Viviani

Doutoranda em Antropologia – Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará
Bolsista – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

 <https://orcid.org/0000-0001-8009-8199>

E-mail: cris.vivi@hotmail.com

Danielle Parfentieff de Noronha

Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe
Pós-Doutoranda em Cinema e Audiovisual – Universidade Federal Fluminense (UFF),
Niterói, Rio de Janeiro

 <https://orcid.org/0000-0002-9167-9674>

E-mail: danielledenoronha@gmail.com

Resumo: O presente artigo nasceu de inquietações relativas ao papel dos monumentos históricos na preservação de uma versão sobre a memória coletiva referente ao passado colonial. Impulsionadas pelas manifestações artísticas e sociais que visam ressignificar esses monumentos na atualidade, primeiro, discutimos sobre o papel da Arqueologia nesse contexto, dando ênfase para a perspectiva que reflete sobre a agência desses objetos em diálogo com os diferentes contextos sócio-históricos, que levem em consideração olhares antirracistas e decolônias, para, na sequência, pensar as relações conflitantes dos monumentos nas cidades. Por fim, apresentamos algumas manifestações realizadas no Monumento às Bandeiras, na cidade de São Paulo, como práticas de ressignificar o passado e repensar o presente.

Palavras-chave: Arqueologia; Cidades; Memória; Monumentos; Patrimônio.

Monumento às Bandeiras: Agencies and (De)constructions on colonial memory

Abstract: This article was born from concerns regarding the role of historical monuments in the preservation of a version of collective memory referring to the colonial past. Driven by artistic and social manifestations that aim to reframe these monuments today, first, we discuss the role of Archeology in this context, emphasizing the perspective that reflects on the agency of these objects in dialogue with different socio-historical contexts, which lead to taking into account anti-racist and decolonial views, in order to subsequently think about the conflicting relationships of monuments in cities. Finally, we present some manifestations held at the *Monumento às Bandeiras*, in the city of São Paulo, as practices to reframe the past and rethink the present.

Keywords: Archeology; Cities; Memory; Monuments; Patrimony.

Texto recebido em: 28/07/2021

Texto aprovado em: 23/11/2021

Introdução

A nossa infância foi marcada pelo ambiente urbano. Paulistanas, uma da zona norte, outra da região central, ambas tinham parte da família morando na zona sul, o que tornava rotineiro atravessar a cidade para visitar os parentes. No caminho, monumentos chamam a atenção. Temos memórias construídas sobre eles desde crianças, ao se lembrar de passar por eles na visita de uma avó ou de uma tia. Nos recordamos em que ponto estão no percurso, indicando se estamos perto ou longe de nosso destino. Temos lembranças da curiosidade em saber o que aquelas grandes estátuas e construções significavam. O que queremos argumentar é que esses monumentos marcam não só a cidade, mas as pessoas que nela vivem. Assim, as agências sobre nossa percepção tanto da cidade como de nós mesmas não deveriam ser ignoradas.

Neste artigo iremos discutir as agências dos monumentos nos concentrando principalmente no Monumento às Bandeiras de Victor Brecheret feito em homenagem aos bandeirantes em 1953. A partir de preceitos arqueológicos buscamos compreender as polêmicas dos últimos anos sobre os monumentos brasileiros do período colonial na perspectiva da própria estátua. Segundo o conceito de agência desenvolvido por Alfred Gell (2005), os objetos têm o poder de impor significado dentro de seu contexto cultural, não como veículos simbólicos, mas por meio da agência dos próprios objetos.

Dean Sully (2007), ao se utilizar do conceito de agência do arqueólogo, destaca: “os objetos têm a capacidade de fazer coisas para as pessoas, assim como as pessoas são capazes de fazer coisas para outras pessoas por meio de objetos” (SULLY, 2007, p. 41. Tradução nossa). Mariana Cabral (2017) também alega que muitos grupos indígenas amazônicos consideram que os objetos agem, que formam parte das relações sociais e que, assim, também são atores sociais. Nesse sentido, os objetos são sujeitos e, portanto, são capazes de se relacionar com outros sujeitos.

Gell, ao longo de sua vida, estudou essa agência de objetos principalmente no que diz respeito à arte. Para o autor, a arte não é sobre significados e comunicação através de uma linguagem específica de campo, mas, sim, sobre agência, em que objetos de arte também atuam em suas relações com pessoas. No lugar de uma comunicação simbólica, a ênfase se encontra na intenção, na causalidade, no resultado e na transformação. O antropólogo britânico defende a

arte como um sistema de ação que tem a intenção de mudar o mundo ao invés de codificar proposições simbólicas sobre ele. Em suma, o autor defende que objetos de arte são agentes sociais e é reconhecida sua ação no mundo (GELL, 1998). Dessa forma, argumenta que o poder contido nas obras de arte não reside no objeto em si, mas, sim, nos processos simbólicos que elas provocam na pessoa que as admira, e essas “possuem características *sui generis* que são independentes dos próprios objetos” (GELL, 2005, p. 50).

As estátuas coloniais exemplificam a agência tratada por Gell, suas ações no meio urbano e nas pessoas que as veem em seu cotidiano. A própria agência da estátua pressupõe uma relação de poder com quem a olha, fazendo com que pareça intocável. Como questionar a sua importância em uma posição de tanta inferioridade em relação a um monumento histórico? Encarando a estátua de frente, ainda que esteja obviamente imóvel, sua agência parece ser mais poderosa do que nós mesmos.

Sully (2007) argumenta que a interação entre pessoas e objetos nos torna quem somos. Um mecanismo para entender os efeitos que os objetos têm nas pessoas, portanto, torna-se um elemento essencial da conservação. A ação da preservação busca cristalizar a presença de certas ideias dentro de um objeto. Ao fazer isso, os conservadores aumentam as evidências de certas interações entre objetos e pessoas em detrimento de outras. Ao pensarmos na manutenção (ou a falta dela) nos monumentos coloniais brasileiros, os posicionamentos são marcados por opiniões políticas divergentes, entre aqueles que defendem o patrimônio histórico e os que querem uma nova narrativa da história do Brasil, levando em consideração que as estátuas são responsáveis por representar o passado no presente. Entretanto, a discussão passa por diversas nuances e possibilidades sobre o que fazer com esses marcos.

Os posicionamentos sobre o tema têm associação com a relação das pessoas com os monumentos e com as narrativas sobre o passado. A memória coletiva aqui é entendida como um processo de negociação entre aquelas pessoas que detêm o poder de comunicá-la – em diferentes versões – e quem se propõem a ouvi-la. Nesse sentido, a memória também é representação e, também, está no jogo da representância (RICOEUR, 2007), no que diz respeito aos encadeamentos da história e da memória. Ao refletirmos sobre a memória é importante destacar que se trata de campo em disputa, pois aqueles que detêm o controle do que é lembrado impõem hegemonicamente versões dos acontecimentos e, assim, buscam

condicionar a formulação da memória social. Como nos lembra Paul Ricoeur (2007, p. 459): “Ver uma coisa é não ver outra. Narrar um drama é esquecer outro”.

Este trabalho busca analisar e questionar a relação das estátuas com as pessoas na cidade, de forma a perceber sua agência em seu contexto e contribuir com as discussões que estão sendo feitas sobre o tema na atualidade. A Arqueologia, aqui, nos serve como base para o debate das políticas públicas que vêm sendo questionadas sobre a preservação do patrimônio urbano ocidental no contexto de (re)construção da memória coletiva sobre o passado colonial.

Arqueologia – estudo de objetos em relação com as pessoas

A visão eurocentrada, evidente tanto no campo das Artes como da Arqueologia, dá respaldo a posicionamentos que ignoram outras perspectivas que não a do colonizador. A discussão sobre os monumentos começou a ser levantada principalmente por movimentos negros e indígenas que questionavam a presença enaltecida de figuras polêmicas da época colonial nas cidades. Contudo, a narrativa da importância da preservação já havia tomado forma, contra-argumentando o pedido de decolonização dos símbolos presentes no meio urbano. Seus valores artísticos e históricos são destacados em detrimento das outras narrativas que poderiam surgir a partir das discussões acerca da relação da construção do monumento com as pessoas e das pessoas com o monumento. Com isso, a percepção daqueles cujos antepassados sofreram por consequência das ações dos que estão ali em destaque na cidade, direta ou indiretamente, é desconsiderada.

Historicamente, os sistemas de conhecimento ocidentais têm procurado privilegiar uma perspectiva europeia, negando outras visões como forma de afirmação da ideologia colonial. A credibilidade dada aos registros históricos e etnográficos de estudiosos europeus marginalizou histórias orais indígenas e outros sistemas de conhecimento. A aplicação das ferramentas de investigação científica e técnica forneceu uma ilusão de verdade e fato objetivo, livre da subjetividade pessoal de quem observava e, portanto, universalmente válido. Isso significa que os pressupostos básicos da ciência por um longo período eram inquestionáveis quando aplicados a questões de conservação. O uso de uma linguagem especializada por uma elite produzia “fatos” e “verdades”, que desviavam a consideração de outros valores que não eram construídos dentro dessa estrutura particular de compreensão (SULLY, 2007).

Um outro processo de conservação, guiado por seus efeitos nas pessoas, requer a adaptação dos seus princípios e sua aplicação. O objeto conservado que resulta de um processo focado em uma noção essencializada de uma representação apenas por seus constituintes materiais limita o significado multifacetado do objeto e restringe as formas de experimentar o passado. É necessário, então, desenvolver um conceito que não limite seu potencial da agência do objeto (SULLY, 2007) e leve em consideração os contextos sócio-históricos em que está inserido, incluindo aí os pontos de vista que se tensionam sobre a memória coletiva.

Gabby Hartemann e Irislane Moraes (2019) demonstram como são necessárias outras abordagens não etnocêntricas na própria Arqueologia. Como elas mesmas destacam, o “legado eurocêntrico e a forma de ciência ainda pautada pela colonialidade do saber impetram um conjunto de relações assimétricas e violentas baseadas em pressupostos sobre direito à vida, à fala e à decisão” (HARTEMANN; MORAES, 2019, p. 11). Os preceitos de objetividade e neutralidade da ciência colonial se assumiram como universais, descartando outros conhecimentos que eram rotulados como locais e específicos. Cabral (2017), no mesmo sentido, argumenta que a autoridade científica desqualifica os outros tipos de conhecimento, colocando-os como apêndices desse suposto sistema universal.

O processo de decolonização do saber (LANDER, 2000) tem que passar obrigatoriamente por um deslocamento da zona de conforto do pesquisador e da pesquisadora, o qual, apesar de laborioso, abre caminhos de transformação da pesquisa (HARTEMANN; MORAES, 2019). Cabral (2017) conta como teve que reconsiderar seus conhecimentos arqueológicos uma vez que teve contato com uma outra cosmologia. Ao se permitir acompanhar outro modo de conhecimento, a autora relata que não pôde deixar de pensar na Arqueologia de uma maneira diferente. Cabral sustenta que, diferentemente da Arqueologia tradicional, o conhecimento deve conectar-se primordialmente com as pessoas.

A colonialidade constituinte do campo da Arqueologia contribui para a assimetria entre o ocidente e os povos colonizados. O discurso arqueológico mantém uma alteridade em que distancia os leigos em preservação dos especialistas autorizados a lidar com os vestígios. As autoras Harteman e Moraes (2019) defendem uma outra abordagem que valorize a relação das pessoas com as coisas ao invés de um enfoque estritamente nos objetos como um caminho alternativo possível para construir uma Arqueologia menos violenta (HARTEMANN; MORAES,

2019) e mais plural e representativa. Para Leo Name e Mabel Zambuzzi, (2019, p. 127):

A colonialidade do patrimônio como expressão da colonialidade territorial e das colonialidades do poder e do saber estabelecem, então, uma pedagogia colonial que visa a ensinar sobre história e legado mediante um repertório a ser exibido e visto: as diferenças entre raças, paisagens, vestimentas e artefatos, uma seleção criteriosa de elementos alegóricos que se encarrega de representar o corpo nacional (FONSECA, 2005).

Percebemos que a virada ontológica da Arqueologia não foi acompanhada pela opinião pública fora do ambiente acadêmico – e que muitos não compreenderam a atualização de preceitos antigos na área – como a crítica à valorização exacerbada da preservação de qualquer vestígio material histórico. Pessoas bem-intencionadas argumentam a favor da preservação dos monumentos sem refletirem o bastante, ou sem terem a informação suficiente, de como a própria Arqueologia vem desenvolvendo esse debate, o que também é resultado da distância entre os debates acadêmicos e as comunidades nas quais estão inseridos

Porém, fica evidente que essa linha de pensamento tem sido superada constantemente pelos estudos sociais. Ao se deparar com quem tem a “autoridade científica”, alegando a necessidade de repensarmos essas estátuas, surge um caminho viável para aqueles que dizem se importar que o pensamento científico reflita seu posicionamento. Rosemary Joyce (2017), por exemplo, defende que a Arqueologia é sobre produzir conhecimento, e não a defesa da preservação automática das coisas. A maioria dos monumentos que tem sua retirada em debate já são bem conhecidos e documentados e, ao contrário do que se acredita, eles não são sobre o passado, mas, sim, atuam politicamente no presente.

Para Cornelius Holtorf (2017), as sociedades ocidentais têm uma obsessão com a preservação de objetos do passado, sendo esses vestígios vistos como ativos não renováveis que não poderiam ser substituídos. A conservação, para o autor, tem superado todos os outros modos de relacionar-se com o passado, em que as possibilidades são reduzidas a uma preservação quase que mecânica do material como única opção. Entretanto, no geral, trata-se de objetos de um passado específico – que leva em consideração a versão e os feitos do colonizador sobre os grupos colonizados, que reivindicam uma versão única sobre o passado. A prática da conservação pode ofuscar aspectos políticos presentes na peça que é preservada sem refletir sobre todas as suas esferas de atuação além da arqueológica, como por exemplo a social.

Sully (2007) pontua que os significados são construídos dentro das relações sociais refletindo as redes de poder prevaletentes que revelam significados dominantes, mas também têm a potencialidade de indicar significados alternativos. O valor desses significados variará de acordo com a perspectiva epistemológica da pesquisadora ou pesquisador. O objetivo desse processo é reconhecer a existência de conceitualizações alternativas de patrimônio cultural das comumente associadas às ideias e políticas ocidentais.

Assim, a conservação, por meio de sua profissionalização e linguagem científica, pode enfraquecer comunidades não especializadas através de sua imposição hierarquizante de pensamento. O discurso da herança ocidental tornou difícil considerar outras formas e expressões de preservação cultural, uma vez que as ideias ocidentais de fazer história são usadas para sobrepor outras ideias de passado. Muitos dos monumentos que foram erguidos nos países colonizados são extensões daqueles que estão presentes nas paisagens urbanas dos países colonizadores, seus “feitos” e “personagens históricos” são rememorados lá e aqui, sem considerar as violências e as diversas resistências que formam parte desse passado. Essa hegemonia obscurece as diversas abordagens que existem lado a lado, que se sobrepõem e se cruzam, e prejudica os direitos das pessoas de exercer controle sobre sua própria herança cultural (SULLY, 2007).

Joyce (2017) comenta que arqueólogas e arqueólogos foram encorajados a pensar em si mesmos como guardiões do passado, em nome da sociedade em geral. Para ela, o entendimento desse conceito significa que a classe arqueológica estaria mais bem situada para tomar decisões pelos outros, reivindicando um poder com potencial para ignorar os desejos e necessidades daqueles não especializados formalmente. Se, em vez disso, fosse assumido um papel de administrador de serviço, com a prática de ouvir os outros e entender que não se tem o direito de impor preservação e interpretação ou negar acesso a quaisquer materiais, seria possível a construção de uma Arqueologia mais acessível e plural. Segundo Marcia Bezerra:

O discurso autorizado do patrimônio, preocupado principalmente com a preservação das narrativas por ele legitimadas, não problematiza as relações entre as pessoas e as coisas do passado, prefere normatizá-las. A patrimonialização conservadora dessas relações esvazia a sua carga simbólica (BEZERRA, 2017, p. 13).

Os interesses sociais que vão além da pesquisa arqueológica deveriam ter um papel maior na determinação de como e de quais objetos precisariam ser

abordados. As demandas locais que estão em pauta são mais relevantes do que interesses pessoais trazidos pelas arqueólogas e arqueólogos que estão atuando naquela área. Felizmente, muitas das pessoas que trabalham com pesquisa arqueológica na contemporaneidade têm assumido uma posição mais engajada, a qual definem questões a serem levantadas e o material a ser investigado com as comunidades mais afetadas por pesquisas em potencial, respeitando a opinião local e aceitando limitações (JOYCE, 2017).

A gestão do patrimônio cultural deve visar a administração das mudanças num esforço de proteger o valor e o significado que os humanos investem em objetos, não em sua substância material. Fica cada vez mais claro que os valores do patrimônio não são inerentes aos objetos, mas, sim, relativos aos seus contextos sociais específicos. Segundo Holtorf (2017), está emergindo uma disposição para compreender que mesmo as “transformações destrutivas e as incorporações aos objetos patrimoniais já existentes podem significar, em alguns casos, aquisições que podem ser tão valiosas quanto o que foi perdido” (HOLTORF, 2017, p. 200).

As decisões tomadas em torno do cuidado de longo prazo e da conservação do passado material fornecem uma oportunidade para reavaliar as relações que prevalecem com os objetos e a construção da própria memória. A conservação é um processo complexo e contínuo que envolve determinar o que é patrimônio, como é cuidado, como é usado, por quem e para quem. Conservação é um processo de compreensão e gerenciamento de mudanças e não apenas um processo de interrupção. É um meio de criar e recriar patrimônio cultural material que busca reter, revelar e aprimorar o que as pessoas valorizam sobre o passado material e sustentar esses valores para as gerações futuras. Os objetos são conservados porque são valorizados pelo efeito que causam nas pessoas (SULLY, 2007).

Assim, avaliar os valores associados ao objeto é parte essencial do processo de conservação. Esses valores são dinâmicos, dependentes do contexto e, portanto, contestados à medida que as comunidades constroem e reconstroem o significado como um reflexo da paisagem cultural atual. O significado do objeto, em vez de ser inerente e singular, é múltiplo e contingente, negociado e renegociado conforme o contexto social muda ao seu redor (SULLY, 2007).

Desse modo, temos que perceber a urgência do debate sobre nossa memória agenciada e construída através dos monumentos históricos em espaços públicos. Distante de uma discussão simples, será um processo complexo que deverá envolver as diversas camadas sociais. Esses objetos erguidos em outros contextos e

que nos constroem enquanto ideia de nação – que também faz parte de um campo de disputas, em constante tensão – precisam ter seu sentido verificado, para que sigam em posição de destaque em nossas cidades.

As estátuas e a cidade – agência negociada

As estátuas têm sua agência negociada no meio urbano, onde pessoas são atingidas de diferentes formas pela presença desses monumentos e constroem opiniões sobre eles de diversas maneiras. Enquanto a perspectiva ocidental de preservação se ampara no discurso conservador, emergem outras práticas e configurações que acreditam que marcos históricos não são atemporais e devem ser repensados política e socialmente. O preceito conservacionista de que as estátuas representam nossa história e por isso devem ser preservadas é contestado por Claire Baxter (2020) que defende que as estátuas não são a nossa história, mas, sim, a nossa Arqueologia. Segundo a autora:

Arqueologia é o estudo da atividade, crenças e valores humanos por meio da cultura material: ou seja, os objetos que foram criados e usados pelos humanos. O valor das estátuas não está no que elas nos dizem sobre o indivíduo que está sendo homenageado, mas no que elas nos dizem sobre a sociedade que criou a estátua, ergueu-a e talvez a alterou, removeu ou substituiu. Essas estátuas são, portanto, uma história nossa. Quem veneramos e celebramos, quais histórias contamos e quais valores defendemos. No momento, essas são em grande parte celebrações, histórias e valores de homens brancos. (BAXTER, 2020, n. p. Tradução nossa).

Joyce (2017), por sua vez, esclarece que estátuas não são marcadores ou documentos históricos neutros. São referências que criam imagens populares e fazem circular mitos. As narrativas de celebração de uma herança branca idealizada são reforçadas em monumentos coloniais que excluem outros grupos racializados ou os colocam em papéis submissos e estereotipados, sem que sejam percebidos como parte da identidade cultural do país. A autora segue com seu pensamento:

Na medida em que os brancos são ensinados por meio dessas estátuas que essa é uma história da qual eles devem se orgulhar, eles estão sendo informados de que lutar contra a liberdade dos ancestrais de seus vizinhos negros também era algo de que se orgulhar. Não há interesse arqueológico que possa sobrepujar as intenções das pessoas de hoje em contestar essa narrativa, em lembrar a violência real daquele passado e seu legado continuado na violência no presente. (JOYCE, 2017, n. p. Tradução nossa).

Nesse sentido, um dos grandes desafios é estabelecer um senso de passado sobre o qual os membros de uma comunidade no presente possam projetar um senso comum de unidade. A consciência histórica é usada como um meio de coerência do sentimento de massa, seja em apoio às autoridades dominantes, seja para organizar a resistência contra elas. Contudo, o passado colonial não é distinto das realidades e práticas de hoje e continua a definir as abordagens atuais para a gestão e conservação do patrimônio cultural. A herança do passado tornou-se um cenário de conflito onde diferentes interpretações competem pela autoridade (SULLY, 2007) e apesar do colonialismo ter finalizado formalmente, ele se mantém através das estruturas das colonialidades (QUIJANO, 2005), o que inclui, de diferentes modos, a existência e manutenção de monumentos sobre o passado.

Sobre essa herança material, a historiadora Erin Thompson (2020) alega que “temos feito monumentos para glorificar pessoas e ideias desde que começamos a fazer arte, e desde que começamos a fazer estátuas, outras pessoas começaram a derrubá-las” (THOMPSON, 2020, n. p.). Para ela, a estátua é uma tentativa de imortalidade, é uma forma de solidificar uma ideia e torná-la presente para outras pessoas. Quando elas são atacadas, são os pontos de vista que elas constroem sobre a cidade que estão sendo questionados. Essas estátuas estão alegando uma versão da história que não se resume àquela figura, mas é ela que está agenciando um espaço público com a sua narrativa colonial. Os ataques a elas na contemporaneidade é um sinal de que o que está em questão não é apenas o nosso futuro, mas também o nosso passado, como nação e sociedade. Thompson é enfática “se as pessoas perderem a esperança na possibilidade de uma solução pacífica, elas irão encontrar outros meios” (THOMPSON, 2020, n. p.).

Existem diversas possibilidades e sugestões acerca do que fazer sobre esses monumentos que estão alçando o debate: criar um museu apenas para elas, usar a tecnologia de escaneamento, enviá-las para museus históricos já existentes ou apenas adicionar um texto que explique o passado polêmico daquela figura configurada na obra (JOYCE, 2017). Porém, o que parece que está sendo acordado na maior parte das vezes é que esses monumentos não devem seguir da maneira que estão, já que ensinam muito pouco ou até mesmo desinstruem sobre o passado ou são mais uma ferramenta que auxilia na disseminação de uma versão única sobre ele. A constatação de que as estátuas estariam lá para nos ensinar sobre o passado parece pouco verossímil. As pequenas placas que acompanham o

monumento apenas indicam quem a pessoa era, a sua ocupação ou maior conquista e quem ergueu a estátua. Muito frequentemente, as poucas informações que trazem são a partir de narrativas colonizadoras indicando homens brancos como “descobridores” de terras. Informações como essas, em vez de preservar a história, normalizam apenas uma versão de como se deram os acontecimentos, e apaga as demais perspectivas sobre ela (BAXTER, 2020). Além disso, ao refletir sobre quem normalmente é representado – homem, branco, que se veste de uma determinada forma, que às vezes carrega um ou outro objeto e é detentor de uma certa postura – é possível inserir os monumentos como parte de um projeto maior de manutenção de memórias e imaginários coloniais que, apesar de não agirem diretamente, estão dentro da estrutura que de diferentes formas irão operar nos imaginários, mas também na (re)produção e naturalização das desigualdades nas vidas práticas das pessoas.

Ainda, a ideia de que a derrubada das estátuas seria apagar a história é equivocada. A destruição de monumentos faz parte da história. Para Phelipe Cunha:

Descolonizar os espaços da cidade e as memórias públicas não passa nem de longe por um movimento negacionista da história, ou de um silenciamento da escravidão, pelo contrário, é uma tentativa de apresentar outras narrativas sobre o maior crime contra a humanidade a partir de questões que emergem no presente (CUNHA, 2020, n. p.).

Holtorf (2017) argumenta que todo patrimônio cultural existe apenas no presente, frequentemente como parte das paisagens contemporâneas e afetando suas características. O seu processo de destruição aparente também pode ser interpretado como um ato de revitalização e que a paisagem está constantemente em transformação. Práticas de mudança, destruição ou substituição de um objeto podem ser vistas como formas de interpretação, uso e transformação desse patrimônio.

O arqueólogo apresenta um exemplo interessante citando uma edificação que, mesmo destruída, teve seu local mantido em seu caráter turístico. Holtorf alega que “construções ausentes são locais situados entre formas materiais e tangíveis de patrimônio e formas intangíveis de patrimônio, como as narrativas” (HOLTORF, 2017, p. 198). Mesmo não havendo a construção material ali presente, é possível percebê-la enquanto experiência a partir da história registrada sobre o

local. Assim, o local continua a ser marcado pelo patrimônio onde certos eventos do passado existem no presente (HOLTORF, 2017).

Sully (2007), por sua vez, alega que arqueólogas e arqueólogos por muito tempo tentavam, em vão, congelar períodos da história em objetos, segregando o presente do passado, essencializando-o. Isso representa uma invenção do passado que é infundida pelo presente. Os tratamentos de conservação criam objetos que refletem nossas ideias presentes sobre o passado. Portanto, o objeto alterado pela conservação é a soma total da criação do presente e não a revelação do passado (SULLY, 2007).

Tim Ingold (2012) defende que a Arqueologia atual se interessa não por sua antiguidade, mas pelo que poderíamos chamar de seu “passado”, reconhecendo-o como continuidades ao longo de trajetórias temporais que continuam no presente. Na medida em que as formas das coisas emergem dentro de processos de fluxo material e transformação, elas não têm um ponto de origem, elas estão persistentemente se originando o tempo todo (INGOLD, 2012). Holtorf (2017) utiliza a teoria de Ingold em sua análise:

Não é autoevidente que a destruição dos objetos de patrimônio seja necessariamente um obstáculo para a sua capacidade de viabilizar a recordação numa sociedade. Se, de acordo com Tim Ingold, cada objeto de patrimônio for considerado como um processo de tornar-se, mais do que como um estado de existência, seu significado não é inerente, mas constantemente desenvolvido e pode ser esperado que o objeto exerça uma função significativa na sociedade mesmo depois de submetido a alterações consideráveis (HOLTORF, 2017, p. 204).

A tabela criada por Holtorf (2017), baseada no pensamento de Ingold (2012), compara a “Perspectiva Padrão” com uma “Nova Perspectiva” de pessoas, edificações e patrimônios. O autor defende que, enquanto pessoas e edificações eram vistas como completas no momento de seu nascimento ou de finalização de sua construção, sendo posteriormente preservadas por um determinado tempo, na nova perspectiva essas seriam vistas como “cristalizações de processos persistentes que se dão continuamente, passando por nascimentos contínuos” (HOLTORF, 2017, p. 199). Com isso, haveria uma mudança no registro arqueológico e na percepção do patrimônio cultural. Se antes os vestígios eram compreendidos como uma pós-morte ou abandono, e sujeitos à destruição e perda, atualmente passamos a percebê-los como descartes efêmeros, que estão continuamente em desenvolvimento (HOLTORF, 2017). As perspectivas e ações de grupos sociais afetam os processos de preservação e ameaçam o domínio do modelo científico e a tendência centralizadora

de determinar efeitos específicos a serem retidos por meio da conservação. O questionamento desses grupos abre a possibilidade do significado ser construído dentro de uma visão de mundo que está fora da estrutura cognitiva ocidental. Nesse processo, a prática de conservação vai além de definir o valor dos objetos exclusivamente dentro dos parâmetros para o museu e disciplinas acadêmicas. A seleção desses significados, que devem ser retidos em objetos conservados, pode ser formada com as comunidades contemporâneas que estão associadas aos objetos, havendo um movimento em direção à conservação focada nas pessoas da comunidade e no seu contexto (SULLY, 2007).

Para Cunha (2020), o mais relevante não seria o que “some com as derrubadas dos monumentos, é aquilo que nasce: a possibilidade de agenciar um presente antirracista ancorado em outros passados” (CUNHA, 2020, n. p.). As arqueólogas Hartemann e Moraes (2019) convergem com o pensamento de Cunha quando também vislumbram um “discurso antirracista a partir de nossa prática arqueológica” (HARTEMANN; MORAES, 2019, p. 21), no qual a branquidade repensa os seus lugares de privilégios raciais “na academia e na vida como um todo” (HARTEMANN; MORAES, 2019, p. 21).

Assim, sendo possível ressignificar o passado e reconstruir uma nova memória coletiva nacional, que possibilitará compreender e atuar de forma mais efetiva para o reconhecimento e diminuição das desigualdades sociais – naturalizadas – pautadas na diferença. Nesse sentido, uma sociedade que caminha para o questionamento das estruturas racistas, machistas, classistas, coloniais terá que olhar em algum momento para o que significa a presença de certos monumentos. Talvez, a derrubada deles seja um ato simbólico para caminhar em direção à derrubada da estrutura hierarquizante das raças, dos gêneros e conhecimentos.

Com isso, o debate arqueológico se faz fundamental para refletirmos não apenas a disciplina em si, mas tudo o que sua prática acarreta nas relações sociais cotidianas. A perspectiva colonial não nos serve mais para pensarmos em métodos de pesquisa que sejam libertadores para os grupos invisibilizados e subalternizados no Brasil. São necessárias novas escolhas sobre a conservação de um passado para pensarmos em novos futuros. Como ponderam Name e Zambuzzi,

é pertinente se esmiuçar as espaciotemporalidades da colonialidade tanto quanto é urgente revisar, a partir de uma perspectiva decolonial (ou ao menos antirracista), os fundamentos epistemológicos da arquitetura, do urbanismo, do paisagismo e do

planejamento territorial (cf. FARRÉS DELGADO *et al.*, 2020) – em todos os quais, aliás, está incluída a dimensão do patrimônio (NAME; ZAMBUZZI, 2019, p. 125).

Monumento às Bandeiras – mitologia e divergências

Um dos monumentos mais significativos de São Paulo é a homenagem aos bandeirantes no Parque Ibirapuera. O parque de nome Tupi ocupado pelo monumento de 240 blocos de granito formando a figura de bandeirantes é uma analogia útil para se entender a fundação do Brasil paulista. Na Avenida Pedro Álvares Cabral, a obra do ítalo-brasileiro Victor Brecheret de nome “Monumento às Bandeiras” abrange 50 metros de extensão por 15 metros de largura e 12 metros de altura. Na obra pode-se observar “portugueses, negros, mamelucos e índios puxando uma canoa de monções” (SÃO PAULO, s. d., n. p.).

Na face frontal do pedestal, um mapa do Brasil mostra os percursos que os bandeirantes realizaram pelo interior do país, desenhado pelo historiador Affonso Taunay. Na face lateral direita, lê-se os versos do poeta Guilherme de Almeida: “Brandiram achas e Empurraram quilhas.\Vergando a vertical de Tordesilhas”. Enquanto na lateral esquerda se lê o verso do poeta Cassiano Ricardo: “Glória aos Heróis que traçaram\O nosso destino na geografia\Do mundo livre,\Sem eles o Brasil não seria grande como é” (IMBROISI, 2016).

Ricardo Souza (2007), em sua pesquisa acerca da construção da mitologia sobre os bandeirantes, reúne narrativas e tradições referentes ao imaginário desses enquanto fundadores da nacionalidade e símbolo paulista. O autor destaca que a construção de uma mitologia implica na invenção de tradições, e a mitologia bandeirante foi utilizada nesse sentido pelas elites paulistas para enobrecer suas origens. Criou-se, assim, uma genealogia na qual o paulista contemporâneo surge como seu descendente, uma raça superior, livre – na medida do possível – da miscigenação com o negro, porém admitindo-a com índio (SOUZA, 2007).

A exaltação do bandeirante e a apologia da ocupação do sertão, na qual esse teria ocupado papel central, criam uma narrativa de uma raça de pioneiros desbravando o interior do país, omitindo a existência dos indígenas que já estavam nessas terras e foram escravizados na missão de conquista. Essa tradição define os conquistadores como “salvadores”, transformando a escravidão em redenção. Dessa forma, os massacres e escravizações de indígenas não são negados, mas são vistos

como mal menor perante as consequências territoriais da atividade dos bandeirantes (SOUZA, 2007).

A mitologia bandeirante visava, a um só tempo, incluir todos os habitantes do estado de São Paulo na categoria e excluir as pessoas do restante do país. Não havia outro princípio de unidade na colônia, era certo de que sem os bandeirantes não seria possível o Brasil. A colonização portuguesa poderia desenvolver-se como na América espanhola, com o surgimento de uma série de países independentes. Se há uma identidade brasileira, opondo de maneira tão clara esse país à América de fala castelhana, isso seria o resultado de um projeto bandeirante (FUNARI, 1995).

Dessa forma, a figura do bandeirante foi fundamental na construção da identidade paulista, com a valorização desse e a exaltação da unidade nacional caminhando juntas. Houve um enaltecimento do bandeirante como construtor da pátria, caracterizado com um esforço para dar um estatuto científico para uma tradição inventada. Para Souza (2007), seria uma reinvenção do passado para justificar o futuro (SOUZA, 2007).

A mitologia bandeirante foi imposta, sobretudo, como uma ideologia de massa graças à manipulação da cultura material. Em termos da educação formal, os livros didáticos, publicados em São Paulo e usados no país todo, apresentam esses heróis através de representações inventadas desses homens (FUNARI, 1995). Tanto os bandeirantes como toda a “descoberta” portuguesa feita nas grandes navegações são ensinados nas escolas brasileiras e, evidentemente, nas portuguesas também. Grada Kilomba (2019), artista e escritora portuguesa com obras relevantes de perspectiva decolonial, relembra em seu livro “Memórias da Plantação”:

Nos pediam para ler sobre a época dos ‘descobrimientos portugueses’, embora não nos lembrássemos de termos sidos descobertas\os. Pediam que escrevêssemos sobre o grande legado da colonização, embora só pudéssemos lembrar do roubo e da humilhação. E nos pediam que não perguntássemos sobre nossos heróis e heroínas de África, porque elas\eles eram terroristas e rebeldes. Que ótima maneira de colonizar, isto é, ensinar colonizadas\os a falar e escrever a partir da perspectiva do colonizador. (KILOMBA, 2019, p. 65).

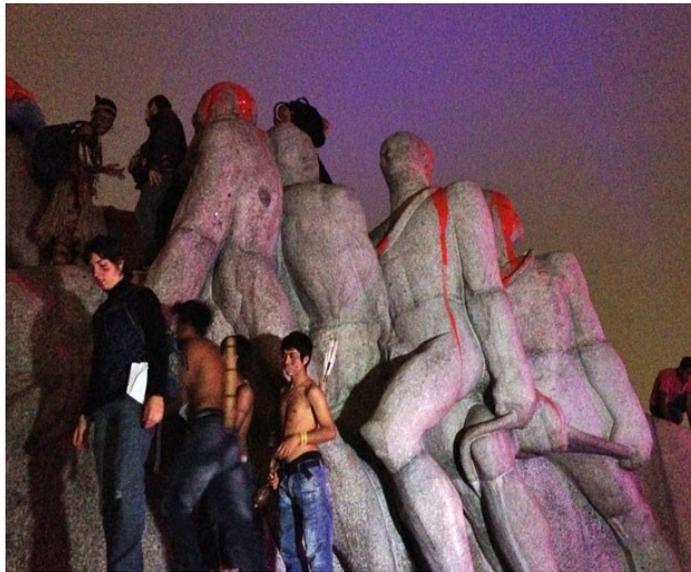
O resultado do colonialismo, da perspectiva das pessoas colonizadas, foi uma fragmentação sistemática do mundo que levou à desconexão dos povos colonizados de suas histórias, paisagens, línguas, educação, saúde, sistemas cognitivos e espiritualidade. Portanto, o controle sobre a própria cultura passou dos colonizados

para seus colonizadores (SULLY, 2007), formando apenas uma narrativa sobre sua cultura e seus povos. Chimamanda Adichie nos alerta para o perigo de uma história única. A escritora nigeriana defende a importância das várias narrativas sobre a história para que essa seja compreendida em sua completude. A autora diz:

A história única cria estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história. (...) A consequência de uma única história é essa: ela rouba das pessoas sua dignidade. Faz o reconhecimento de nossa humanidade compartilhada difícil. Enfatiza como nós somos diferentes ao invés de como somos semelhantes. (...) Histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida (ADICHIE, 2009, fala oral).

O Monumento às Bandeiras conta apenas uma história, a dos “bandeirantes que desbravaram o país no período colonial” (SÃO PAULO, s. d., n. p.). Essa narrativa vem sendo questionada e provocando intervenções na própria obra nos últimos anos. O monumento foi manchado de tinta vermelha e pichado com a frase “bandeirantes assassinos” em dois dias consecutivos em 2013, após atos pela demarcação de terras indígenas na Avenida Paulista (MORA, 2013). Marcos dos Santos Tupã, liderança indígena, escreveu sobre o ocorrido:

Foi apenas nesse momento que esta estátua tornou-se um verdadeiro patrimônio público, pois deixou de servir apenas ao simbolismo colonizador das elites para dar voz a nós indígenas, que somos a parcela originária da sociedade brasileira. (...) A tinta vermelha que para alguns de vocês é depredação já foi limpa e o monumento já voltou a pintar como heróis, os genocidas do nosso povo. Infelizmente, porém, sabemos que os massacres que ocorreram no passado contra nosso povo e que continuam a ocorrer no presente não terminaram com esse ato simbólico e não irão cessar tão logo. (...) Como pode essa estátua ser considerada patrimônio de todos, se homenageia o genocídio daqueles que fazem parte da sociedade brasileira e de sua vida pública? Que tipo de sociedade realiza tributos a genocidas diante de seus sobreviventes? Apenas aquelas que continuam a praticá-lo no presente. (REVISTA FÓRUM, 2013, n. p.).



Fonte: Marcelo Mora, 2013.

FIGURA 1

Monumento às Bandeiras manchado com tinta vermelha, 10/2013

Em 2016, não só o Monumento às Bandeiras, mas também a estátua de Borba Gato, em Santo Amaro (SP), amanheceu pichada com tintas coloridas. O Instituto Victor Brecheret se manifestou dizendo estar perplexo e indignado diante dos “atos de barbarismo”. Alegaram que “é uma violência cometida contra uma das mais importantes obras artísticas do país. O Monumento às Bandeiras pertence ao Povo Brasileiro. Como símbolo, deve ser respeitado e sua preservação garantida por todos nós”. Ainda acrescentaram que esperam a “restauração completa da obra, para que ela possa permanecer para as próximas gerações” (G1 SÃO PAULO, 2016, n. p.).

Houve nova intervenção por manifestantes, dessa vez pelo grupo “Revolução Periférica”, na estátua de Borba Gato em julho de 2021. O grupo, que havia espalhado cartazes por Santo Amaro com a frase questionando “Você sabe quem foi Borba Gato?” no dia anterior ao ato¹, aparece em uma filmagem organizando pneus rapidamente aos pés do monumento e ateando fogo com a faixa escrita “Revolução Periférica” em frente². Um outro vídeo já o mostra em chamas com nuvens de fumaça³. A imagem, também disputada pelas narrativas coloniais e decoloniais, teve repercussão nas redes. Entre indignação pelo ato, o tachando de vandalismo, e comemorações pela atitude do grupo, a estátua não foi danificada em sua estrutura e um empresário que preferiu não se identificar já se prontificou a pagar pela

restauração⁴. A disputa entorno da destruição ou conservação do monumento demonstra bem que não se trata de uma construção urbana qualquer, mas de uma estrutura com agência sobre a cidade.



Fonte: Folha de S. Paulo, 2021.

FIGURA 2

Estátua do bandeirante Borba Gato é incendiada em São Paulo, 07/2021

Da mesma forma, os protestos sobre o Monumento às Bandeiras, tanto em 2013 quanto em 2016, foram interpretados como vandalismo por uma parte da população e como uma demonstração da urgência de se abordar a pauta de decolonização da paisagem urbana por outra. Dentro das intervenções já ocorridas ao monumento, manifestações artísticas também marcaram sua biografia. Joyce (2017) argumenta que os monumentos criam um contexto para a sua própria recepção através dos seus materiais e da posição em que foram construídos. Esses são elementos poderosos e difíceis de serem superados por meio de intervenções modestas. Com isso, as insurgências feitas a essas estruturas a fim de questioná-las necessitam ser de alguma forma impactantes.



Fonte: G1, 2016.

FIGURA 3

Monumento às Bandeiras amanhece pintado, 09/2016



Fonte: Paulo Von Poser, 1989.

FIGURA 4

Intervenção coordenada por Paulo Von Poser durante Seminário da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana, 1989

De todo modo, o Monumento às Bandeiras já passou por algumas intervenções desde sua inauguração. Em 1989, o artista Paulo Von Poser, em conjunto com os alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, elaborou intervenções a monumentos paulistas durante o “Seminário da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana”. Pelas imagens no documentário “Outras Panorâmicas” pode-se perceber que são coladas fitas vermelhas às mãos dos bandeirantes. Apenas três personagens são cobertos nas cores amarelo, verde e azul (POSER, s. d.).

Já em 2004, o artista plástico Eduardo Srur realizou uma de suas intervenções urbanas de forma não autorizada ao monumento. O paulista conta por meio de rede social que construiu uma âncora velha de navio e instalou o objeto no monumento que “representa o desenvolvimento de São Paulo” (SRUR, 2004, n.p.). Mesmo sem a aprovação da prefeitura, a âncora permaneceu três semanas no local. Quando Srur se propôs a tirá-la foi barrado pela polícia que alegou defender o patrimônio histórico da cidade (SRUR, 2004).



Fonte: O Estado de S. Paulo, 2008.

FIGURA 5

Obra “Âncora” de Eduardo Srur, 04/2004

Já mais recentemente, durante a pandemia em 2020, ocorreu o projeto “Vozes contra o racismo”, composto por projeções a céu aberto pela cidade de São Paulo. O curador responsável Hélio Menezes conta que o objetivo das intervenções

era utilizar a arte para reler a simbologia de alguns monumentos. O artista indígena Denilson Baniwa inaugurou a mostra com a obra “Brasil Terra Indígena”, projetada na obra de Brecheret (BELLA; ANDRADE, 2020).

Usando luzes, Baniwa representa o naufrágio de uma embarcação portuguesa, que é tragada para o fundo do mar pelas forças da natureza. A projeção traz também desenhos de animais como pássaros, serpentes e peixes, um conjunto de árvores que se erguem sobre as figuras dos bandeirantes. Além disso, são projetadas sobre a pedra as frases ‘SP Terra Indígena’ e ‘Brasil Terra Indígena’. (BELLA; ANDRADE, 2020, n. p.).

Em entrevista o curador e antropólogo Hélio Menezes considera que Baniwa propõe “um novo imaginário a partir de mitologias e cosmologias indígenas diante de uma obra que tem significado histórico colonialista (...) Ele vai apagando momentaneamente os seus personagens principais da paisagem urbana e cedendo espaço para outros protagonistas” (BELLA; ANDRADE, 2020, n. p.). A mostra levanta questionamentos sobre como a memória da própria cidade se relaciona com esses corpos, onde raramente são inseridos em lugares de prestígio (DELAQUA, 2020). Sobre as intervenções Menezes destaca que:

Quando as imagens trazidas pelas artistas reaparecem para a população, são sobretudo imagens que refletem bastante a própria população, seja para trazer uma história apagada ou escondida pelo concreto da cidade. As obras são realizadas por artistas que têm disputado também no campo da representação visual, outras narrativas sobre a história do país, outras narrativas sobre a construção de imaginários, de estereótipos e de usos da cidade. (DELAQUA, 2020, n. p.).

Em entrevista cedida após o projeto⁵, o antropólogo, quando perguntado sobre o Monumento às Bandeiras, argumenta que a sua magnitude inviabiliza sua derrubada, “ele faz parte do planejamento urbano”, analisa. De toda forma ele concorda que apenas da maneira que está não pode seguir. Menezes sugere intervenções como contra-monumentos. Ao seu ver, a obra de Brecheret atualmente é uma tela em potencial que possibilita diversas práticas artísticas.

Ao percebermos tantas manifestações distintas realizadas no Monumento às Bandeiras, é comprovada a agência desses blocos de granito sobre as pessoas. Os bandeirantes, parte do imaginário paulista, causam orgulho e repulsa, vaidade e desprezo. Desse modo, as pessoas constroem o monumento e o monumento constrói identidades, numa dialética potente que disputa as narrativas dos sentidos

dados à cidade e à sua Arqueologia. Os monumentos, como patrimônios culturais e políticos, têm uma função social importante que precisa ser considerada.



Fonte: Victor Delaqua, 2020.

FIGURA 6

**Intervenção de Denilson Baniwa em “Vozes contra o racismo”, em
24/07/2020**

Considerações finais

A complexidade do debate não permite respostas fáceis ou simplistas. Tanto no que diz respeito à conservação e manutenção – ou não – desses monumentos, qualquer que seja a decisão tomada, ela se ramificará em outras tantas deliberações menores ao longo do processo. A desconstrução de um antigo monumento aponta para a construção de um novo pensamento social. E o envolvimento da comunidade local é indispensável para tais resoluções. Isso significa pensarmos que não se trata apenas da desconstrução dos monumentos, mas de um processo maior de ressignificar o passado e, nesse caso, específico, uma forma de decolonizar o saber e a memória. Nesse sentido, essa proposta de desconstruir não necessariamente precisa se relacionar com o apagamento dessas estátuas, mas tem a ver com reinterpretá-las dentro desse processo decolonial. Que pode, por exemplo, situá-las no diálogo com outros sujeitos que atualmente são invisibilizados ou silenciados desse processo.

As relações de construção não estão só entre os artistas e aquelas pessoas que pensaram nesses monumentos, mas também na construção social necessária

para que as estátuas fossem erguidas como uma homenagem àqueles que estão ali figurados. Da mesma forma, a estátua, após tornar-se pública, também constrói o meio social que a construiu. Assim, temos que refletir sobre qual registro queremos deixar e quais valores estamos projetando em nossa sociedade. Buscar pensar nesses monumentos como um reflexo atual de nossas concepções sociais, sobre quem e o quê estamos celebrando e não como objetos passivos no meio urbano (BAXTER, 2020).

Aqueles que tentam relativizar a agência dessas estátuas, atribuindo seu principal valor ao campo artístico, devem se lembrar que esses monumentos reforçam valores, além de que a arte sempre tem um importante papel político e social. A estética e a arte não deveriam ser centrais nessa discussão. A valorização de conceitos historicamente coloniais que pautaram a construção e perspectivas desses monumentos da época não deveria servir como argumento contra sua agência sobre as pessoas.

Em suma, a polêmica sobre a retirada ou não desses monumentos se resume a dois posicionamentos que se destacam: a manutenção do *status quo*, embasada pelas mesmas elites que decidiram fazer essas homenagens no passado; e aqueles que, cansados de como a história brasileira tem sido contada, pedem a retirada ou a transformação dessas estátuas como uma demonstração do reconhecimento de atitudes consideradas inadmissíveis na contemporaneidade. A derrubada ou a releitura dos monumentos colonialistas seria uma ação significativa para, paralelamente, haver a derrubada e reflexão dos preceitos racistas, machistas e classistas nos quais essas figuras majoritariamente masculinas se apoiavam. Seria retirar a agência que esses homens ainda têm após a sua morte manifestada pela exaltação de seus feitos materializados em escultura pública.

O objetivo da discussão arqueológica introduzida no debate sobre os monumentos coloniais não aponta para a deslegitimação do pensamento ocidental, mas, sim, para permitir que outras concepções de mundo também se legitimem. Contudo, caso realizemos esse esforço em busca de um pensamento decolonial, fazendo a pesquisa junto daquelas e daqueles que antes eram vistos apenas como “objetos de estudo”, podemos construir juntos um conhecimento que sempre lhes pertenceu e que antes era endereçado apenas a uma parcela específica da população.

A branquidade deve se perceber como coadjuvante neste debate em que se posiciona frequentemente como protagonista. A pauta pertence àqueles e àqueles

que se sentem desrespeitados com a exaltação do colonialismo por estes monumentos e as decisões finais deveriam ser por eles deliberadas. De tal maneira que, enfim, haja uma ruptura com as tentativas ilusórias do controle ocidental sobre o colonizado no desejo de administrar a preservação – ou não – de sua cultura material.

NOTAS

1. Vídeo postado na rede social Instagram do grupo “Revolução Periférica” no dia 24/07/2021. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CRrGqeOn8q3/?utm_source=ig.
2. Veja vídeo completo com jovens que se reivindicam ‘Revolução Periférica’ ateando fogo no Borba Gato. *Revista Fórum* em 25/07/2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/video-completo-revolucao-periferica-borba-gato/>.
3. Estátua de Borba Gato é incendiada em São Paulo. Canal UOL no Youtube em 24/07/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cmcKC5okuI4>.
4. Prefeito de SP lamenta incêndio em estátua do Borba Gato e diz que empresário irá doar valor para restaurar monumento. *G1 São Paulo* em 26/07/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/26/prefeito-de-sp-lamenta-incendio-em-estatu-a-do-borba-gato-e-diz-que-empresario-ira-doar-valor-para-restaurar-monumento.ghtml>.
5. Entrevista realizada em 17/12/2020 no Centro Cultural de São Paulo com o curador.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Ngozi Chimamanda. The danger of a single story. *TEDGlobal*, 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acesso em: 26 nov. 2020.
- BAXTER, Claire. Statues aren't our history. They're our archaeology. *Medium*. Junho, 2020. Disponível em: <https://clarenceb30.medium.com/statues-arent-our-history-they-re-our-archaeology-e3f12996092a> Acesso em: 11 dez. 2020.
- BELLA, Gabriela Di; ANDRADE, Keiny. Mostra contra o racismo usa projeções para 'reinventar' monumentos em SP. *UOL*. Agosto, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/08/04/mostra-contra-o-racismo-usa-projecoes-para-reinventar-monumentos-em-sp.htm>. Acesso em: 16 dez. 2020.
- BEZERRA, Marcia. *Teto e afeto sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*. GKNoronha. Pará, 2017.
- CABRAL, Mariana. Sobre el ronquido del hacha y otras cosas extrañas: reflexiones sobre la arqueología y otros modos de conocimiento. In: PELLINI, José R.; ZARANKIN, Andres; SALERNO, Melissa A. (ed.) *Sentidos indisciplinados: arqueología, sensorialidad y narrativas alternativas*. Madrid: JAS Arqueología S.L.U, 2014, p. 221-250.

CUNHA, Phelipe. História, memória e ignorância branca: a problemática dos monumentos. *Medium*, jun. 2020. Disponível em: <https://medium.com/@phelipecunha/hist%C3%B3ria-mem%C3%B3ria-e-ignor%C3%A2ncia-branca-b4e8b4c5080a>. Acesso em: 11 dez. 2020.

DELAQUA, Victor. Vozes contra o racismo: outras narrativas sobre o território paulista. *Arch Daily*, ago. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/945660/vozes-contra-o-racismo-outras-narrativas-sobre-o-territorio-paulista>. Acesso em: 16 dez. 2020.

FOLHA DE S. PAULO. Estátua do bandeirante Borba Gato é incendiada em São Paulo, jul. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/estatua-do-bandeirante-borba-gato-e-incendiada-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em 27 jul. 2021.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A Cultura material e a construção da mitologia bandeirante: problemas da identidade nacional brasileira. *Idéias*, ano 2, n. 1, 1995.

G1 SÃO PAULO. Monumentos amanhecem pichados com tinta colorida em SP. *G1*, set. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/09/monumentos-amanhecem-pichados-com-tinta-colorida-em-sp.html>. Acesso em: 15 dez. 2020.

GELL, Alfred. *Art and agency: an Anthropological theory*. United States: Oxford University Press, 1998.

GELL, Alfred. A tecnologia do encanto e o encanto da tecnologia. Tradução de Jason Campelo. *Concinnitas*, v. 8, n. 1, 2005, p. 42-63.

HARTEMANN, Gabby; MORAES, Irislane P. de. Contar histórias e caminhar com ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 12, n. 2, 2019, p. 9-34.

HOLTORF, Cornelius. Por que preservar? Tradução de Luara Antunes Stollmeier. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, 2017.

IMBROISI, Margaret. Monumento às Bandeiras. *História das Artes*. 2016. Disponível em: <http://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/monumento-as-bandeiras/>. Acesso em: 15 dez, 2020.

INGOLD, Tim. No more ancient; no more human: the future past of archaeology and anthropology. In: SHANKLAND, David (ed). *Archaeology and Anthropology past, present and future*. Bloomsbury Academic, 2012.

JOYCE, Rosemary. Losing the past or changing the future? Archaeologists and modern monuments. *The Berkeley Blog*, 2017. Disponível em: <https://blogs.berkeley.edu/2017/08/16/losing-the-past-or-changing-the-future-archaeologists-and-modern-monuments/1/7>. Acesso em: 11 dez. 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LANDER, Edgardo. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

MORA, Marcelo. Manifestantes jogam tinta e picham o Monumento às Bandeiras. *G1*, out. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/manifestantes-jogam-tinta-vermelha-no-monumento-bandeiras.html>. Acesso em: 15 dez. 2020.

NAME, Leo; ZAMBUZZI, Mabel. Notas inconclusivas sobre raça, arquitetura e a colonialidade do patrimônio material e imaterial. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 3 n. 1, p. 118-141, 2019.

O ESTADO DE S. PAULO. Foi em 2004 também que Eduardo Srur colocou uma âncora no Monumento às Bandeiras. 2008. Disponível em: <https://fotos.estadao.com.br/fotos/cidades,foi-em-2004-tambem-que-eduardo-srur-colocou-uma-ancora-no-monumento-as-bandeiras,306534>. Acesso em 14 jul. 2021.

POSER, Paulo Von. Intervenção no Monumento às Bandeiras em 1989. *Paulo Von Poser*. s.d. Disponível em: <http://paulovonposer.com.br/monumento-as-bandeiras/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber. eurocentrismo y ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires, Clacso, 2005, p. 201-246.

REVISTA FÓRUM. Monumento às Bandeiras homenageia aqueles que nos massacraram, diz liderança indígena. *Fórum*. out. 2013. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/monumento-as-bandeiras-homenageia-genocidas-que-dizimaram-nosso-povo-diz-lideranca-indigena/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SÃO PAULO. Governo de São Paulo. *Monumento às Bandeiras*. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/monumentos/monumento-as-bandeiras/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SOUZA, Ricardo Luiz de. A mitologia bandeirante: construção e sentidos. *História Social*, n. 13, p. 151-171, 2007.

SRUR, Eduardo. Âncora. *YouTube*, 2004. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gZWUuem7clk>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SULLY, Dean. *Decolonising conservation: caring for maori meeting houses outside New Zealand*: Left Coast Press, 2007.

THOMPSON, Erin L. What does it mean to tear down a statue? *New York Times*, jun. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/11/style/confederate-statue-columbus-analysis.html>. Acesso em 11 dez. 2020.

Maria Cristina Simões Viviani é Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Graduada em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Danielle Parfentieff de Noronha é Professora substituta do Departamento de Comunicação Social, no curso de Cinema e Audiovisual, da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pós-Doutoranda do Programa de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Mídia, Comunicação e Cultura pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), na Espanha. Mestra em Antropologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Graduada em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP).

Como citar:

VIVIANI, Maria Cristina Simões; NORONHA, Danielle Parfentieff de. Monumento às Bandeiras: agências e (des)construções sobre a memória colonial. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 17, n. 2, p. 76-102, jul./dez. 2021. Disponível em: pem.assis.unesp.br.